

Marcelo Rebelo de Sousa:

Alargamento traz oportunidades mas implica riscos



Para o Presidente do PSD o “*Alargamento traz consigo oportunidades e implica riscos*”.

“*As oportunidades são tanto maiores como mais claro, verdadeiro, estruturado e participado for o processo.*”

Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou ainda que “*Portugal pode vir a ser sacrificado com o alargamento pelo que terá de haver um tratamento próprio, específico, do caso português*”.

Desenvolvimento na pág. 5

A Agenda 2000

As reformas dos Fundos Estruturais e da Política Agrícola Comum, o calendário e estratégia de integração de novos países na União Europeia, o equilíbrio orçamental e o problema do financiamento das políticas comunitárias, constituem os principais dossiers da Agenda 2000.

Como se previa, a sua negociação tem sido longa e difícil, entrando agora numa fase decisiva com o aproximar da presidência alemã, em cujo exercício se espera uma decisão final por parte do Conselho.

As recentes posições da presidência austríaca no sentido de um congelamento das despesas para o período de 2000-2006 ao nível dos últimos anos, com especial incidência nos fundos estruturais, que poderiam sofrer uma redução efectiva de 25%, constituíram um escândalo para quem defende a Coesão Económica e Social.

Se elas fossem aprovadas, isso significaria que seriam os países mais pobres da UE, entre os quais Portugal, a pagar os custos do alargamento a leste ou a própria factura do reequilíbrio orçamental em favor de países como a Alemanha ou a Holanda.

Da boa negociação e equilíbrio da Agenda 2000 muito depende o nosso futuro colectivo. Essa responsabilidade incumbe principalmente ao Governo, especialmente numa época em que onze dos quinze Primeiros Ministros da UE são socialistas.

No Parlamento Europeu, os Deputados do PSD têm dado e continuarão a dar o seu melhor para que os interesses do nosso país sejam salvaguardados.

Arlindo Cunha

PE debate Agenda 2000

Intervenções de Carlos Pimenta, Manuel Porto e Arlindo Cunha

pág. 3

Alargamento: Oportunidades e Riscos

Conferência Internacional do PSD e intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa

pág. 5

Combate à Droga

Mendes Bota intervém sobre os perigos das novas drogas sintéticas

pág. 7

Contacte os Deputados do PSD

Números de telefone, de fax e endereço electrónico dos 9 Deputados do PSD

pág. 8



Associação para as Pequenas e Médias Empresas

A SME-Union acaba de realizar, em Bruxelas, um Congresso subordinado ao tema “Euro-Desafios concretos e Oportunidades”, reunindo 500 delegados e que contou com a presença de Jacques Santer, Presidente da Comissão Europeia, e de Wilfried Martens, Presidente do Partido Popular Europeu. Apresentaram comunicações ao Congresso, Igino Sogaro, Presidente de Eurocommerce, Nicolas Boemcke, Secretário-Geral da European Banking Federation, Wim Duisenberg, Presidente do Banco Central Europeu e Jeremy Jennings, Presidente da Câmara de Comércio Britânica na Bélgica.

A SME-Union, Associação Independente das Pequenas e Médias Empresas, lançada pelo PPE em 1996, agrupa associações representativas de pequenas e médias empresas dos 15 países da União Europeia, assim como observadores dos países que assinaram acordos de associação com a União.

Uma voz em favor das classes médias

O principal objectivo da associação SME-Union é promover e apoiar os interesses das pequenas e médias empresas que são responsáveis pela maior parte do produto e do emprego na União Europeia. As PME são o motor das economias europeias e, na nossa perspectiva, o seu

desenvolvimento é a melhor esperança de se poder reduzir o desemprego.

A SME-Union é presidida pela Deputada holandesa Karla Peijs, tem como Co-Tesoureiro, João Kramer e como Secretário-Geral, Miguel Seabra.

A SME-Union defende os princípios da economia social de mercado, o respeito do meio ambiente e privilegia a dimensão humana da actividade económica. Defende a promoção do espírito de livre iniciativa e o respeito do princípio da subsidiariedade por forma a limitar os obstáculos de natureza burocrática que tanto afectam a criação, o desenvolvimento e a actividade normal das PME's.

SME-Union, Associação do PPE para as Pequenas e Médias Empresas

Bureau 4F358
Parlamento Europeu
Rue Wiertz
B-1047 Bruxelas

telf: 32.2.2842856
fax: 32.2.2306208

e-mail: mseabra@europarl.eu.int
<http://www.sme-epp.org>

Imprensa local deve constituir rede nacional

A Deputada Helena Vaz da Silva defendeu a criação de uma rede nacional de órgãos de comunicação social regionais e locais.

Helena Vaz da Silva falava na abertura do Euro-Atelier para a Imprensa Regional, organizado pelo Centro Nacional de Cultura, na cidade do Porto.

A Deputada sublinhou que “os meios de comunicação regionais e locais são o elo imprescindível entre a superestrutura distante de Bruxelas e o dia a dia dos cidadãos”.

“São eles que podem traduzir em linguagem concreta as normas e legislações europeias, assim como são eles que podem fazer chegar às instituições europeias os anseios e as dificuldades de cada região”, acrescentou.

O PE debate Agenda 2000

Na sessão plenária de Novembro, o Parlamento Europeu promoveu um debate sobre o documento Agenda 2000 da Comissão Europeia.

Em discussão estiveram, nomeadamente, a estratégia de pré-adesão, os Fundos Estruturais, o Fundo de Coesão e a Reforma da Política Agrícola Comum, temas particularmente importantes para Portugal e que motivaram intervenções dos Deputados Carlos Pimenta, Manuel Porto e Arlindo Cunha.



Carlos Pimenta:
Não podem ser os mais pobres a pagar o alargamento !

- Somos a favor do alargamento da União e do processo de negociação em curso.

- Somos a favor da revisão institucional necessária ao fortalecimento da Europa nos planos interno e da presença externa.

- Participamos de forma empenhada nas discussões relativas à Agenda 2000, reforma da PAC, novo quadro para a política de coesão e desenvolvimento regional, recursos próprios, etc.

O que não podemos aceitar é que alguns tentem, de forma avulsa, quebrar o contrato de solidariedade interna que permite às diversas regiões e países da Europa - nomeadamente os que ainda apresentam atrasos e problemas de desenvolvimento - participar de pleno direito no projecto europeu e proporcionar às suas gentes expectativas legítimas de progresso num espaço político e económico onde não pode haver cidadãos de primeira e europeus de segunda.

O meu país e outros Estados Membros fizeram um esforço enorme para, contra todas as previsões

iniciais, conseguirem chegar às condições de participação de pleno direito no Euro. Não podem nem devem ser penalizados, de forma, aliás, que contraria o disposto nos Tratados.

Daremos certamente o nosso contributo para o financiamento do alargamento. O que não podem é ser os mais pobres a pagá-lo!



Manuel Porto sobre o Fundo de Coesão:
Tratados são para se cumprirem

Na discussão sobre o Fundo de Coesão assumem relevo as propostas de os países que tenham aderido ao euro deixarem de ter direito ao Fundo. Trata-se de propostas sem nenhuma justificação.

A necessidade de aproximação dos países mais atrasados não acaba com a entrada no euro, estando além disso obrigados a continuar a ter políticas de austeridade, nos termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O afastamento proposto do Fundo teria aliás a consequência paradoxal de castigar quem tivesse cumprido e pelo contrário premiar quem, com uma política de menor rigor, não tivesse preenchido as condições de passagem ao euro...



Mas para além de tudo isso está em causa a nossa credibilidade, face a um Tratado que fixa sem margem para qualquer dúvida as condições de acesso ao Fundo: um PIB *per capita* abaixo de 90% do PIB comunitário e a definição de um programa de convergência nominal.

Trata-se de Tratado que, sem nenhuma reserva a este propósito, mereceu o apoio do nosso Parlamento e foi ratificado por todos os países da União.

Os Tratados, tal como a palavra, são para cumprir não só pelos países do sul como também pelos países do norte, que tiveram aliás, compreensivelmente, um papel decisivo na sua redacção...



Arlindo Cunha: Reforma da PAC não se pode limitar a uma redução dos preços

O Conselho e a Comissão vieram ao Parlamento dar conta da evolução das negociações de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) no quadro da Agenda 2000.

Isto acontece porque o Parlamento se recusou a entrar na lógica de dar pareceres avulsos sobre os diferentes sectores. Pelo contrário, decidiu só dar parecer final das diferentes propostas sectoriais quando tiver garantias da Comissão e do Conselho de que se aproximarão das suas principais posições.

E quais são as grandes questões que nos preocupam?

Basta ver o relatório sobre os aspectos gerais da reforma, aprovado em Junho por este Parlamento e que eu próprio elaborei, ou as declarações do Conselho de Agricultura de Novembro de 1997, assim como as declarações do Conselho Europeu de Cardiff, ou ainda a declaração da Presidência Austriaca de Setembro de 1998.

Relembro as principais preocupações expressas nesses documentos:

- Prudência e moderação na redução de preços, muito especialmente no sector bovino, pois não podemos entrar na lógica dos nossos principais concorrentes (USA, etc.) já que as nossas condições de produção são completamente diferentes.

- Manutenção dos regimes de intervenção, ainda que sob formas mais flexíveis e operacionais.

- Assegurar uma maior equidade entre produções, agricultores e territórios, conseguindo-se assim que a PAC contribua finalmente para a coesão económica e social do mundo rural europeu.

- Assegurar um maior equilíbrio interno da PAC, mediante o reforço do designado "segundo pilar" de desenvolvimento rural. Na verdade é incompreensível que quase não se alterem as verbas destinadas a esta importantíssima dimensão da PAC quando existem cerca de 10% dos recursos da linha directriz agrícola que não são utilizados.

- A manutenção de um número adequado de agricultores no território, que constitui uma

preocupação maior nas zonas mais desfavorecidas, periféricas e ultraperiféricas, já que são elas as que estão em maior risco de desertificação e abandono rural.

Na verdade se, como está proposto, a reforma da PAC se limitar a uma redução de preços e à sua compensação com base numa ajuda indexada às produtividades, então estaremos a fazer uma reforma apenas para os agricultores mais eficientes. Ora, isso seria uma contradição chocante com os objectivos políticos de defesa do Modelo Europeu de Agricultura e da vitalidade do Mundo Rural, desde sempre assumidos e continuamente repetidos quer pela Comissão, quer pelo Conselho.

Passados que foram 13 meses sobre a apresentação da Agenda 2000 e 7 sobre a concretização das propostas, não vemos quaisquer sinais de decisões e negociações que corrijam estes desequilíbrios.

A verdade é que a agricultura portuguesa dificilmente sobreviverá ao risco de um abandono maciço se não formos capazes de negociar:

- Uma duplicação das verbas destinadas às acções de desenvolvimento rural, incluindo as medidas agro-ambientais, agro-florestais, de modernização estrutural e as ajudas especiais destinadas às zonas desfavorecidas.

- Um aumento das quotas com direito a ajuda, especialmente as superfícies de base para as culturas regadas e os bovinos de carne.

- Uma excepção à regra da produtividade média histórica do país como base de cálculo das ajudas aos produtores de cereais e girassol, que tem como efeito apoiar menos os menos eficientes, logo os que estão em maior risco de abandono.

E como se tudo isto já não bastasse, vem agora a Comissão apresentar uma proposta que prevê a renacionalização do financiamento da PAC, devendo os Estados Membros pagar 25% das despesas do FEOGA-Garantia. É bom que tomemos consciência que, se assim for, Portugal perderá 100 a 150 milhões de Ecus por ano. Quando Portugal já é o país que menos beneficia da PAC, recebendo os agricultores portugueses em média cinco vezes menos que os seus parceiros comunitários.

Por todas estas razões, as nossas preocupações não só não diminuíram, como aumentaram ao longo de todos estes meses.



"Oportunidades e Riscos do Alargamento"

Marcelo Rebelo de Sousa:
"Portugal pode ser um dos países mais penalizados"

O alargamento é um dos grandes desafios da Europa. Justifica-o uma matriz histórica e cultural e crescentes laços económicos e sociais. Justifica-o, no entanto e sobretudo, um dever de consciência e um imperativo de segurança.

Sabemos como foi decisiva para a nossa democracia nascente a entrada nas Comunidades Europeias. Por isso temos estado e continuaremos a estar na primeira linha da defesa do alargamento.

Quando digo sabemos, digo Governo e Oposição - porque também aqui a política europeia não é uma política de partido, é uma política nacional.

Por outro lado, não podemos esquecer que a segurança no nosso continente e no mundo exige que o alargamento da NATO seja acompanhado do alargamento da União Europeia, sob pena de os nossos amigos do Centro e Leste europeus ficarem privados de condições económicas e sociais indispensáveis ao cumprimento das suas metas políticas.



Importa, pois, avançar com o alargamento da União Europeia. Avançar com verdade nos propósitos e verdade nos calendários.

Mais vale dizer tudo o que há a dizer à partida, sem sofismas, do que ocultar a verdade, do que dizer meia verdade, do que acenar com prazos que se sabe que não vão ser respeitados, do que criar expectativas que vão ser, duradoura ou ciclicamente, frustradas.

Se é 2004 ou 2005 não se fale em 2001 ou 2002. Se é útil uma antecâmara do tipo EEE, não se escamoteie essa proposta.

Continua na pág. 6

PSD promove conferência sobre alargamento da União Europeia

O Partido Social Democrata promoveu, em colaboração com a Fundação Konrad Adenauer, uma conferência subordinada ao tema "O alargamento da União Europeia - Oportunidades e Riscos".

Esta iniciativa reuniu em Lisboa numerosos especialistas portugueses e estrangeiros que contribuíram para o debate de um tema importante para o futuro da Europa e para um melhor equacionamento dos custos e oportunidades que o alargamento da União Europeia representa para Portugal.

Na ocasião foi apresentado e debatido um estudo encomendado pelo PSD ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa sobre o impacto económico para Portugal do alargamento da UE.

A conferência, cuja sessão de abertura esteve a cargo do Secretário-Geral do PSD, António Capucho,

contou, na sessão de encerramento com as participações de Arlindo Cunha (Coordenador do PSD no Parlamento Europeu), Klaus Jurgen Hedrich (ex-Secretário de Estado do Ministério da Cooperação da RFA) e do Presidente do PSD, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

Ao longo do dia tiveram lugar dois painéis, um sobre "Portugal e o Alargamento da União Europeia", em que participaram Mira Amaral, Victor Martins, Miguel Ataíde Marques e Armando Sevinate Pinto e o outro sobre a "A Europa face ao próximo alargamento", em que intervieram José Manuel Durão Barroso, Nikolaus Van der Pas (Director-Geral da Comissão Europeia), Vassil Gotzev (Ministro da Justiça da Bulgária), Alexandru Herlea (Ministro para a Integração Europeia da Roménia), Piotr Nowina-Konopka (Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro da Polónia), Csaba Ory (Secretário de Estado da Hungria), António Nogueira Leite (Professor da Universidade Nova), Javier Ruperez (Presidente da Comissão dos Assuntos Exteriores do Congresso dos Deputados de Espanha), Andreas Schockenhoff (Deputado alemão) e António de Almeida (Administrador do BERD).

"Oportunidades e Riscos do Alargamento"

(continuação da pág. anterior)

Não podemos dar periodicamente com uma mão aquilo que tiramos com a outra.

Só desejamos e esperamos que todos os Estados, e em especial as grandes economias da União Europeia, aceitem fazer esse jogo de verdade, para bem das jovens democracias do Centro e do Leste, para bem da União Europeia, mas sobretudo para bem da paz, da segurança, do desenvolvimento e da justiça no nosso continente.

O alargamento traz consigo oportunidades e implica riscos

Como tudo na vida, o alargamento traz consigo oportunidades e implica riscos.

As oportunidades são tanto maiores quanto mais claro, verdadeiro, estruturado e participado for o processo.

O futuro alargamento, nas suas diversas fatias espaciais e temporais, cobre uma área extensa, com muito maior diferenciação económica e social relativamente às médias comunitárias e com democracias ainda mais precárias do que o eram, na altura, as democracias espanhola ou portuguesa.

Já hoje não há uma, há duas realidades na União Europeia - a do euro, e a que em breve lhe aderirá.

Todos deverão partilhar a pertença básica à União - naquilo que a define essencialmente. Mas, para além disso, pode haver cooperação mais reforçada de uns e vinculação menos intensa de outros.

Só desejamos e esperamos que haja sempre a inteligência de maximizar as oportunidades e de minimizar os riscos do alargamento.

O alargamento vai ter efeitos na União Europeia e em cada um dos Estados-membros, efeitos que não são iguais para todos. Para uns são mais positivos, para outros menos positivos.

O estudo hoje apresentado revela que Portugal poderá ser penalizado, senão mesmo um dos efectivamente mais penalizados com o alargamento.

Sectores particularmente afectados com o alargamento seriam o têxtil/vestuário e a agricultura.

Estas conclusões do interessante estudo dos Professores Avelino de Jesus, Joaquim Ramos Siva e Carlos Barros coincidem, no essencial, com as conclusões do estudo "Interacções entre o alargamento da União Europeia, Agenda 2000 e UEM - o caso de Portugal", dos Prof. Michael Emerson e Daniel Gnos, encomendado pelo Governo português ao Centre for European Policy Studies.

Portugal: um caso específico

Ou seja, parece resultar dos estudos feitos que há um caso português perante o alargamento, há uma especificidade portuguesa, que se diz numa frase: Portugal pode vir a ser sacrificado com o alargamento, em termos de algumas das suas actividades económicas significativas.

E, se assim for, terá de haver um tratamento próprio, específico, do caso português.

Quando a Espanha e Portugal entraram na Europa Comunitária, países como a Itália e a França foram compensados por aquilo que iam perder ou sofrer.

É justo que Portugal possa exigir em Bruxelas, uma compensação específica por causa do futuro alargamento da União, se se confirmarem as conclusões dos estudos referidos.

Só desejamos e esperamos que o Governo português seja claro e firme neste propósito.

Como sempre tem contado no passado, conta conosco no futuro, a defender o interesse de Portugal e o ideal de uma Europa solidária.

"Só desejamos e esperamos que o Governo português seja claro e firme neste propósito"



Helena Vaz da Silva quer uma política europeia das línguas

Pronunciando-se num debate sobre educação, formação e juventude, a Deputada Helena Vaz da Silva defendeu que *“não haverá política europeia de educação se não houver política europeia das línguas. Merece uma reflexão séria e um debate aprofundado a generalização, a nível da União, do ensino a todas as crianças desde o nível primário, de uma mesma língua que sirva de língua de comunicação. Em simultâneo com esta decisão será preciso desenvolver políticas activas de promoção do multilinguismo, pois só estas duas vertentes juntas podem constituir uma política europeia realista das línguas”*.

Helena Vaz da Silva alertou, ainda, para o perigo de criar rupturas entre os jovens e o mundo dos adultos, assim como entre os jovens membros de organizações e os outros jovens ao desenvolver as políticas de juventude. *“A verdadeira política de juventude é a que, em vez de procurar ganhar para si visibilidade e multiplicar as estruturas e os espaços jovens, se apaga para abrir espaço aos jovens nas outras políticas”*.



Política Social da UE: Nélcio Mendonça defende que se passe à prática

O Deputado do PSD, Nélcio Mendonça, defendeu que *“criar uma verdadeira sociedade europeia de bem estar, de melhor qualidade de vida e também de forte coesão social, passa pela elaboração e aplicação de políticas que reflectam o novo estatuto já reconhecido às áreas sociais e do emprego na União Europeia”*.

Para o Deputado social democrata *“o novo quadro económico da União Europeia que resulta da realização do Mercado Único e da nova política monetária, brevemente em fase de execução, torna cada vez mais importante a interacção entre política económica e política social, acentuando a necessidade de consolidar as relações entre União Económica e Monetária, Mercado Único, política de coesão e uma política social e de emprego eficazes”*.

Nélcio Mendonça alertou para que se não esqueça *“o enquadramento jurídico para os graves problemas que continuam a persistir como consequência das tendências demográficas, do*

racismo, da pobreza e da exclusão social” e acentuou *“a necessidade do reforço do actual quadro legislativo, nomeadamente nos domínios da organização do trabalho, dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e das medidas sociais destinadas a regular a economia livre de mercado”*.



Mendes Bota defende maior controle das substâncias químicas utilizadas no fabrico ilegal de drogas

“No fragor contínuo das “rave-partys” e das suas multidões jovens de aparentes energias inesgotáveis, é possível detectar um toque dos novos tempos da droga sintética.

Nas alterações bruscas de comportamento de cidadãos aparentemente normais, profissionalmente normais, familiarmente normais, é possível encontrar os efeitos das cápsulas milagrosas, da “performance” instantânea, da volúpia das capacidades físicas e mentais.

É desse perigo novo, da produção deslocalizada das drogas de síntese, que hoje aqui se fala. Já não basta controlar os circuitos do velho tráfico da América do Sul, do Norte de África ou do Extremo Oriente. As fábricas de “ecstasy” e seus sucedâneos coabitam ao lado dos consumidores como novas unidades de artesanato local.

Daí, a importância do controle do comércio das substâncias químicas, denominadas precursores, utilizadas no fabrico ilegal de estupefacientes.

Daí, a necessidade de reforçar a cooperação voluntária entre as autoridades e as empresas químicas e farmacêuticas, para detectar as aquisições suspeitas das substâncias incluídas nas listas de produtos susceptíveis de entrar na composição dos psicotrópicos.

Os países da Europa Central e Oriental devem ser incluídos no âmbito desta acção conjunta, para não se tornarem mercados alternativos sem qualquer controle.”

Já pode ver a Carta da Europa na Net, no site do PPE:

<http://www.europarl.eu.int/ppe>

o "short-cut" para a nossa página é <http://www.europarl.eu.int/ppe/tree/press/pt/default.htm#2>

Carlos Pimenta contra co-incineração de lixos tóxicos

O Deputado do PSD, Carlos Pimenta, manifestou-se, em conferência de imprensa, contra a opção do Governo português pela co-incineração do lixo tóxico nas cimenteiras, afirmando que *“esta é uma escolha com riscos graves para o ambiente e para a saúde pública”*.

Para Carlos Pimenta trata-se *“de uma solução errada porque em vez de concentrar, dilui os resíduos tóxicos que, em seguida, são dispersos pela chaminé e no cimento produzido”*.

Carlos Pimenta apontou várias falhas dos Estudos de Impacte Ambiental, concretamente a omissão sobre as emissões de metais pesados, as consequências das interrupções de laboração e a qualidade do cimento. *“Os metais pesados ficam no cimento que mais tarde é espalhado pelo país, com riscos para os trabalhadores que o utilizam e para os cidadãos em geral porque poderá acabar numa lixeira, sob a forma de entulho”*.



No dia 1 de Janeiro, entra em vigor a Moeda Única em 11 dos 15 Estados-Membros da União.



De 11 a 15 de Janeiro reúne, em Estrasburgo, o plenário do Parlamento Europeu.



De 4 a 6 de Fevereiro reúne, em Bruxelas, o Congresso do Partido Popular Europeu.



Nos dias 19 e 20 de Fevereiro, reúne, em sessão extraordinária, na cidade do Porto, o Congresso do PSD para aprovação das “linhas programáticas da Aliança Democrática”.



De 10 a 13 de Junho realizam-se as ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU.

Os Deputados do PSD

Eurico de Melo

Telf: (32.2) 2845364
Fax: (32.2) 2849364
e-mail: EDeMelo@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 2845381
Fax: (32.2) 2849381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Pimenta

Telf: (32.2) 2845373
Fax: (32.2) 2849373
e-mail: CPimenta@europarl.eu.int

Manuel Porto

Telf: (32.2) 2845372
Fax: (32.2) 2849372
e-mail: MPorto@europarl.eu.int

Helena Vaz da Silva

Telf: (32.2) 2845538
Fax: (32.2) 2849538
e-mail: HVazSilva@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 2845374
Fax: (32.2) 2849374
e-mail: CCostaNeves@europarl.eu.int

Nélio Mendonça

Telf: (32.2) 2845371
Fax: (32.2) 2849371
e-mail: NMendonca@europarl.eu.int

José Mendes Bota

Telf: (32.2) 2845362
Fax: (32.2) 2849362
e-mail: JMendesBota@europarl.eu.int

Carlos Miguel Coelho

Telf: (32.2) 2845551
Fax: (32.2) 2849551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luis Fernandes

rue Wiertz - LEO 13E153 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551

